

1	Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência
2	Social - CMAS , realizada em 21/06/2005, às 8:30 horas em sua
3	sede, situada à Rua Ferreira Penteado, nº 1331, Centro, em
4	Campinas/SP. Participantes por Segmentos : Representantes
5	Titulares das Entidades de Assistência Social: Silmara Cristina
6	Ramos Quintana, Cássia da Silva Santana, Mauro Gibson Pereira;
7	Representantes Suplentes das Entidades de Assistência Social :
8	Antonia Cacilda dos Santos, Edivan Ramos Guimarães; Sirene
9	Ferreira Franco; Representantes Titulares dos Profissionais ou
10	Órgão de Classe ligados à área da Assistência Social : Maria
11	Olímpia da Silva Luz, Maria Therezinha C. Marques;
12	Representantes Suplentes dos Profissionais ou Órgão de Classe
13	ligados à área da Assistência Social : Otildes Maria Michel
14	Duarte, Maria Nildes dos Santos Nascimento; Usuários ou
15	Representantes dos Usuários da Assistência Social : Titulares :
16	Pedro Delle Donne, Maria Inês de Luma Pereira, Suplente :
17	Antonio Luiz de Castro. Representante Titular e Suplente da
18	Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e
19	Inclusão Social, Representante Titular da Secretaria Municipal de
20	Educação; Representante Titular Suplente da Secretaria
21	Municipal de Habitação; Representante Titular e Suplente da
22	Secretaria Municipal de Saúde, Representante Suplente da
23	Câmara Municipal de Campinas. Conselheiros Consultivos : Maria
24	Aparecida Fulfulé, Jairo P. Leite. Justificativas de Ausência :
25	Maria Aparecida S. Diniz, Izabel Cristina S. de Almeida, Andressa
26	Caetano de Mello, Esther Monteiro C. Cardoso, Ana Lúcia Silva,
27	Elvira Maria F. Brito. A Presidente do CMAS, verificou o quorum
28	instalado dando início aos trabalhos. Aprovação da Ata de
29 x	Reunião Ordinária de 17/05/205 : a ata foi aprovada <u>por</u>
30 x	<u>unanimidade</u> . Ordem do Dia : foi solicitada alteração da ordem
31 x	da pauta, <u>com sugestões de colocar em primeiro lugar sobre os</u>
32 x	<u>trabalhos da organização da conferência e após sobre os</u>
33 x	<u>resultados das comissões; Sem acordos na plenária, a Sra.</u>
34 x	<u>Presidente colocou as propostas em votação: sendo aprovado pela</u>
35 x	<u>maioria a inversão da pauta, sendo destacado primeiramente, a</u>

36 x organização da VI Conferência Ordem do dia: item 1-
37 **Apresentação sobre o andamento da Organização da VI**
38 **Conferência Municipal de Assistência Social.** Foram
39 x apresentados pela Comissão Organizadora os seguintes itens : os
40 x membros da comissão, os custos, os orçamentos aprovados, e a
41 x metodologia da conferência; Análise sobre o local a ser realizado
42 x a citada conferência: Colégio Ave Maria, ou Policamp. Os membros
43 da Comissão informaram-nos que a Policamp fica na saída para
44 Rodovia Mogi-Mirim, próxima a CFPL, tem amplo auditório porém,
45 precisa locar cadeiras e acomodará mais pessoas; O Colégio Ave
46 Maria fica na região central e comporta 400 pessoas em poltronas
47 bem confortáveis, porém,teremos que limitar o número de
48 inscrições; A previsão estimada é de 600 pessoas, considerando
49 os números anteriores, que foram de 450 participantes. A
50 Conselheira Lucia Vieira opinou favoravelmente pelo Colégio Ave
51 Maria, pela localização e a realidade das demais conferências, por
52 x estarmos em mês de férias. Fato este, consensuado pelos demais
53 conselheiros. A Sra. Presidente achou por bem por esta matéria
54 em votação, sendo que o Colégio Ave Maria obteve 10 votos e 03
55 votos para a Policamp. Foi aprovado como local da VI Conferência
56 x o Colégio Ave Maria. A Conselheira Ismênia Aparecida dos Santos
57 x informou-nos da solicitação de 1500 exemplares da Política
58 x Nacional de Assistência Social ao CNAS, os quais farão parte da
59 x documentação a ser entregue aos conferencistas. A Conselheira
60 x Silmara R. Quintana sugeriu que todos os programas inscritos na
61 SMCTAIS deveriam enviar um representante. Fomos informados
62 x também que, estão previstos entre outros, os seguintes
63 x palestrantes: - Rosa Elisa B. Federicci que é assessora técnica da
64 x Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. A
65 x Sra. Márcia Maria Biondi Pinheiro, Presidente do CNAS foi
66 x convidada, porém, estará impossibilitada de comparecer por
67 x compromissos assumidos na data em Belo Horizonte; Todavia, o
68 x CNAS se comprometeu em indicar um outro nome. A conselheira
69 x Lucia Vieira coloca a importância de uma ampla divulgação para
70 x todos os interessados na VI Conferência e, sugere a utilização de

71	meios eletrônicos tais como os " e-mails" para maior agilização e
72	conhecimentos de toda a programação. Resultado das Comissões
73 x	: Comissão de Finanças e Orçamento : <u>O relator conselheiro</u>
74	<u>Gibson apresentou para aprovação desta plenária, o Balancete</u>
75	<u>Contábil FMAS referente ao mês de Abril/05 - após os devidos</u>
76 x	<u>esclarecimentos foi colocado em regime de votação e aprovado</u>
77	<u>por unanimidade. Carta da APOT</u> : A Entidade remeteu à SMF
78	um ofício solicitando liberação de verba parlamentar para mesma.
79	Após passar pela Comissão, ficou acordado o envio de um ofício do
80	CMAS à SMCTAIS para que todas as entidades que foram
81	contempladas com o referido recurso, o recebessem o mais breve
82 x	possível. Foi pensado num projeto para aplicação das verbas
83 x	destinadas ao Plano Plurianual. <u>A conselheira Lucia Vieira lembrou</u>
84 x	<u>que a destinação da verba parlamentar deverá ser conforme a</u>
85	<u>resolução nº. 62/04 deste CMAS, informando que o repasse seja</u>
86	<u>feito primeiramente, via Fundo Municipal de Assistência social.</u>
87	Solicitação da Entidade ANDRO : a comissão de inscrição
88	sugeriu o cancelamento da inscrição da Entidade, mas a Comissão
89	de Finanças e Orçamento solicitou informações da SMCTAIS para
90	verificar se a Entidade recebeu recursos do co-financiamento,
91	caso tenha recebido, terá de proceder a devolução. O Conselheiro
92	Pedro Donne informou que a entidade não possui trabalho na área
93	da Assistência Social, mas estava recebendo recursos, por isso a
94	comissão de inscrição sugeriu o cancelamento. A Conselheira
95	Ismênia Aparecida dos Santos coloca que a SMCTAS não
96	transferiu verba à referida Entidade em 2005. As Entidades :
97	Seara Espírita Joana de Angelis e NAECA, solicitaram
98	suplementação de verbas : O Colegiado entendeu que as
99	Entidades já fazem, parte do co-financiamento e caso queiram
100	suplementação, deverão apresentar projetos novos até
101	30/06/2005. Ofício do Colégio Allan kardec, antiga A Casa da
102	Mãe Pobre : O Conselheiro Pedro Donne informou que a entidade
103	está completamente irregular. O ofício foi para que a Comissão de
104	Finanças sugira a suspensão dos recursos do FMAS até que a
105	entidade proceda os reordenamentos. A conselheira Ismênia

106 Aparecida dos Santos informou que a CASC já tinha verificado as
107 irregularidades e opina pela interrupção dos recursos. A
108 conselheira Lucia Vieira, sugeriu ouvir a entidade, mas o
109 Conselheiro Pedro Donne coloca que a situação é histórica, e a
110 Entidade não apresentou documentação há cerca de dois anos. A
111 conselheira Ismênia Aparecida dos Santos solicita a votação da
112 suspensão do repasse de recursos neste momento. A Entidade
113 deverá enviar ao CMAS a documentação para análise. A Sra.
114 Presidente colocou em regime de votação a proposta de suspensão
115 do repasse de recursos, tendo sido unânime. **Planilha financeira**
116 **de Maio/2005** : nos recursos repassados pela SMCTAIS, o
117 termo vem como subvenções. O Colegiado sugere que venham como
118 co-financiamento. 13 entidades que não apresentaram
119 documentação de CND - ABA e ADACAMP, se não houver
120 regularização, o gestor vai cancelar o repasse. A Sra. Presidente
121 colocou em regime de votação a **Planilha financeira de**
122 **maio/2005** : aprovada por unanimidade. SMCTAIS autorizou o
123 repasse de recurso estadual endereçado a questão da exploração
124 infantil, no recurso de R\$ 96.000,00. Este conselho votou o
125 referido repasse no período de Março a Dezembro/2005 onde
126 havia uma rede e que esta foi alterada, revendo o Programa Rotas
127 Recriadas; trabalho de exploração sexual infantil 2004 : 12
128 executores : 7 da SMCTAIS e 5 ONGs. A proposta do CMDCA é
129 outra, em respeito a política pública, como passado a partir desta
130 reunião, Lídia Oneida S.Baida ,convidada para esta plenária
131 informou-nos que o Programa Rotas Recriadas foi uma
132 experiência. Em 2004 foi o início, e em 2005 formou-se a rede,
133 numa construção nova com contrapartidas recriadas. O CMDCA
134 veio para acrescentar e decidir a contrapartida estadual. Por
135 parte do CMDCA já foi feita a partilha, visto a questão da
136 territorialidade. As entidades estão na rede do co-
137 financiamento, só uma delas está fora, porque não tinha entrado
138 em 2004. Para formar a rede está faltando a contrapartida
139 estadual, que será para o Instituto Souza Novaes, que faz a
140 execução do pernoite, que o município necessita. O CMDCA liberou

141 R\$ 575.000,00 - abrigo especial. A Conselheira Ismênia
142 Aparecida dos Santos informou que se trata de um processo
143 construído e que nos coloca um desafio, sendo que apenas em
144 Junho/2005 tiveram posicionamento e que enquanto
145 representante da SAMCTAIS do município tem que responder ao
146 Estado quem será o executor. A Conselheira Rosa Brasilina
147 Abrantes Simões disse que o projeto Rotas Recriadas tem vários
148 eixos, envolvendo a intersetorialidade. A palavra foi cedida à Sra.
149 Darci da Silva, Diretora do DGDS/SMCTAIS que informou que os
150 R\$ 96.000, 00 será destinado para o eixo exploração sexual,
151 sendo apontado um único executor. A SMCTAIS está
152 complementando uma diferença por volta de R\$ 40.000,00 a R\$
153 50.000,00 de contrapartida. **A Presidenta colocou em regime de**
154 **votação a proposta do repasse de R\$ 96.000,00 ao Instituto**
155 **Souza Novaes que foi aprovado por unanimidade. Comissão de**
156 **Política e Legislação :** A Relatora da Comissão, Conselheira Lúcia
157x Vieira informou que há uma preocupação de vários membros
158 deste Conselho com a construção do Plano Plurianual da
159 Assistência Social- PPAS, a ser elaborado este ano, em conjunto
160x com o gestor municipal -SMCTAIS, o qual terá validade de 2006
161x até 2009. Instrumento este, obrigatório no processo de
162 planejamento e gestão plena do Município perante ao artigo 20 da
163 LOAS e também do SUAS; Lembrando que ainda estamos
164x executando o PPAS de 2002 a 2005. Neste momento, abriu
165x espaço para que a Diretora de Operações de Assistência Social-
166x Edith Bortolozo, presente na plenária, fizesse o convite a todos
167x os conselheiros , com os devidos esclarecimentos sobre tal
168 assunto. A senhora Diretora do DOAS agradeceu a oportunidade
169 e informou-nos que o PPAS a ser elaborado na lógica do novo
170 sistema SUAS, já vem sendo pensado no âmbito da SMCTAIS,
171 porém, ainda aguarda informações da esfera estadual (ERAS)
172 quanto aos procedimentos e prazos; Avalia que há informações
173 desencontradas, que se resumem numa planilha orçamentária.
174 Prosseguindo, informou que foi constituída uma comissão na
175 SMCTAIS, com a participação de todas as CRAS para discussão

176 do SUAS, sendo este documento uma construção que visa
177 organizar o processo. O PPAS virá na lógica da implantação do
178x SUAS. Num primeiro momento, foi elaborado um documento
179x preliminar, e a partir deste, será discutido nos diferentes
180 Conselhos na área da Assistência Social, bem como, com todos as
181 Og's e Ong's da rede executora de programas, projetos
182 serviços e ações de assistência social. Também serão levados aos
183 Conselhos de Psicologia e de Serviço Social para ampliação dos
184 debates. Lembrou-nos que este CMAS deverá em curto prazo,
185 estudar e apontar as propostas de melhorias ao novo PPAS. A
186 Sra. Presidenta do CMAS agradece a Sra. Diretora do DOAS por
187 todos os esclarecimentos assinalados. A Conselheira Ismênia
188 Aparecida dos Santos informou que a comissão de Política e
189 Legislação tem por, objetivo tratar o assunto, mas que o melhor
190 seria vir alguém na próxima Reunião Ordinária, com uma
191 sensibilização, para que todos conheçam o propósito da
192 SMCTAIS. O PPAS não quer tratar apenas dos interesses do
193 Governo, e sim ouvir todos os atores sociais, sendo contemplada a
194 visão do município. A proposta é, garantir uma agenda dentro da
195 Comissão de Política e Legislação. A Diretora do DGDS, Sra.
196 Darci da Silva informou que o prazo de Finanças para a entrega à
197 Câmara Municipal é até 30 de agosto e lembrou a importância
198 deste Colegiado em aprovar o citado PPAS antes de remete-lo
199 para a Câmara. Confirmando que as sugestões iniciais serão
200 colocadas pelo Gestor no próximo dia 24/06 às 15:00 horas na
201 Sede do CMAS, Com cópias a serem enviadas por e-mails para
202 todos os conselheiros. A palavra foi concedida à Conselheira
203 Consultiva Cida Fulfule para informar-nos que participou de uma
204 audiência pública sobre a LDO na Câmara, Municipal de Campinas,
205 onde foi apresentado o SUAS, porém, causou-lhe estranheza o
206 fato de que o anexo 1 não apresentava adequadamente as
207 propostas da PNAS- SUAS, dificultando o entendimento aos dois
208 vereadores responsáveis pela Comissão de Finanças e Orçamento
209 da CMC, os quais, solicitaram-lhe esclarecimentos e orientações
210 referentes ao SUAS que resultou em um nova emenda ao texto

211	original apresentado. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E NORMAS:
212x	<u>Inicialmente os membros desta Comissão quiseram avaliar com os</u>
213x	<u>demais conselheiros o real papel da citada comissão, seus limites e</u>
214x	<u>possibilidades de ações, de forma a garantir a transparência e a</u>
215x	<u>conduta ética em todos os processos vistos e revistos por esta</u>
216	<u>Comissão.</u> Houve consenso de todos, de que os convidados para
217	participarem das reuniões das Comissões, deverão <u>primeiramente</u>
218	<u>agendar horário, optando, antes do início ou depois do término das</u>
219	<u>reuniões, para que não haja nenhum tipo de constrangimento, seja</u>
220	<u>por parte dos Conselheiros ou por parte das Entidades presentes;</u>
221	<u>Avaliando, trata-se de questões éticas e de preservação dos</u>
222	<u>atos do Conselho.</u> Ato contínuo, o relator desta Comissão,
223	conselheiro Pedro Delle Donne apresentou as seguintes indicações
224	para Indeferimentos: 1º - Sociedade Teresiana de Educação e
225	Assistência; 2º - Instituto Campinas de Ensino e Pesquisa; 3º -
226	Instituto Raskin; 4º - Organização Não Governamental
227	Parceiros da Mudança; 5º - Associação Dos Cirurgiões
228	Dentistas; 6º - Ponto de apoio Complementar Oncológico.
229	<u>Com as devidas justificativas, as referidas Entidades não</u>
230	<u>atenderam as exigências legais preconizadas pela Resolução</u>
231	<u>CMAS nº 15/2000. Ouvidos todos os apartes decorrentes, a</u>
232	<u>Sra. Presidenta - Therezinha C. Marques colocou em regime de</u>
233	<u>votação os INDEFERIMENTOS, os quais foram Aprovados.</u>
234	<u>Houve uma abstenção em relação a primeira Entidade . O próximo</u>
235	encaminhamento foi a proposta de CANCELAMENTO da
236	inscrição -Entidade ANDRO : aprovado por unanimidade. Com
237	relação as Entidades AMIC e ao Colégio Allan kardec: foi
238	deliberado o encaminhamento de ofício CMAS com AR, para
239	atendimento das solicitações, sob pena de cancelamento de
240	inscrição. <u>Oportunamente,</u> a Conselheira Ismênia A. Santos
241	solicitou agenda junto à Comissão de Inscrição, para discussão de
242	parâmetros e procedimentos quanto as inscrições de entidades de
243	Educação e Saúde. <u>Com relação às OSCIP (Organização da</u>
244	<u>Sociedade Civil de Interesse Público), essa plenária foi</u>
245	<u>cientificada pelo relator Cons. Pedro, de recente publicação no</u>

246	<u>Diário Oficial da União sobre a resolução do CNAS de nº. 89/05</u>
247	<u>a qual define que: essas OSCIP's realizam serviços de interesse</u>
248	<u>publico e podem solicitar inscrição junto ao CMAS, porém quem</u>
249	<u>confere a prestação de seus serviços é o Ministério da Justiça.</u>
250	- Informes Gerais: 1º - A Sra. Presidenta informou que a
251	Comissão Municipal do PETI está solicitando uma nova Resolução
252	do CMAS, <u>informando os novos representantes deste Conselho na</u>
253	<u>Comissão Municipal a saber: Conselheiros Sirene F. Franco e</u>
254	<u>Edivan R. Guimarães . Foi solicitado também que os novos</u>
255	<u>Representantes do CMAS junto à Comissão Municipal do PETI,</u>
256	<u>fizessem periodicamente na Comissão de Política e Legislação</u>
257	<u>uma apresentação com as informações mais detalhadas sobre o</u>
258	<u>acompanhamento e desenvolvimento do PETI no Município de</u>
259	<u>Campinas. 2º - Indicação de 02 membros do CMAS, para</u>
260	<u>compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar</u>
261	<u>(COMSEA) : Os atuais representantes são ex-conselheiros :</u>
262	<u>Helene Gatien, e Silvana C. Salustiano. Estes serão substituídos</u>
263	<u>pelo atual Conselheiro Mauro Gibson. 3º. INFORMES : A</u>
264	Presidente Terezinha informou-nos sobre a resposta da
265	SMCTAIS aos novos Conselheiros, quanto aos Programas
266	desenvolvidos no Município de Campinas, com recursos financeiros
267	das esferas estadual e federal. Não havendo mais assuntos a
268	tratar, a Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença
269	de todos e com a falta justificada da secretária executiva deste
270	<u>CMAS,</u> eu, Silmara Cristina R. Quintana, Conselheira, lavrei a
271	presente ata que será assinada pela Presidenta e rubricada por
272	mim.
273	
274	
275	
276	
277	
278	
279	
280	

281	
282	
283	
284	
285	
286	
287	
288	
289	
290	
291	
292	
293	
294	
295	
296	
297	
298	
299	
300	
301	
302	
303	
304	
305	
306	
307	
308	
309	

--	--